II. Expedir o Alvará de Quitação no valor de R\$ 123.034.213,43 (cento e vinte e três milhões, trinta e quatro mil, duzentos e treze reais e quarenta e três centavos) em favor da Sra. Valmira Alves da Silva pelas despesas ordenadas, somente após o recolhimento ao Fundo de Reaparelhamento do TCM/PA/FUNREAP, do valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a título de multa, pela remessa intempestiva da documentação ao TCM, com fundamento no Inciso II, do Art. 284, do RI/TCM/PA.

III. Ressaltar que o não pagamento do referido valor, incorrerá em aplicação das medidas previstas na Resolução Administrativa nº 14/2016/TCM/PA, de 02/08/2016.

ACÓRDÃO Nº 29.763, DE 13/12/2016

Processo nº 652042011-00 (201201855-00/201505621-00)

Origem: Fundo Municipal de Educação de Salinópolis

Assunto: Prestação de Contas de 2011

Responsável: Cleudeniice Nascimento Santos

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prestação de Contas Fundo Municipal de Educação de Salinópolis Exercício de 2011. Pela não aprovação das contas, recolhimento e multa. Cópia dos autos ao Ministério Público do Estado.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 142 a 144 dos autos.

Decisão: I. Não aprovar as contas do Fundo Municipal de Educação de Salinópolis, exercício de 2011, de responsabilidade da Sra. Cleudeniice Nascimento Santos, por estarem irregulares, nos termos do Art. 32, III, "c", da Lei Complementar 84/2012.

II. Recolher no prazo de 30 dias, aos cofres públicos municipais, com fundamento no Art. 35, da Lei nº 84/2012, a importância de R\$ 325.676,75 (trezentos e vinte e cinco mil, seiscentos e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos), devidamente atualizada, referente ao lançamento da Conta Agente Ordenador.

III. Enviar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para adoção de medidas que entender cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 29.757, DE 13/12/2016

Processo nº 830022008-00 (200808946-00)

Origem: Câmara Municipal de Tomé-Açu

Assunto: Prestação de Contas de 2008

Responsável: Antônio Matos da Silva

Instrução: 7ª Controladoria/TCM-PA

Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre da Cunha Pessoa (Art. 19, II, da LC nº 84/2012)

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Tomé-Açu. Exercício de 2008. Pela não aprovação das contas. Recolhimentos. Multas. Aplicação de Medida Acautelatória. Inabilitação de exercício de cargos em comissão ou função de confiança. Indisponibilidade dos bens do Ordenador. Inserção da decisão no Portal de Transparência. Cópia dos autos ao MPE.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e proposta de decisão do Relator, às fls. 108 a 112 dos autos.

Decisão: I – Negar aprovação às contas da Câmara Municipal de Tomé-Açu, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do Sr. Antônio Matos da Silva, sem prejuízo dos seguintes recolhimentos:

1) Recolhimento aos cofres municipais, com base no Art. 35, da Lei Complementar nº 84/2012, corrigidos monetariamente;

- R\$-1.047.568,48 (hum milhão, quarenta e sete mil, quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos), referente à conta Agente Ordenador, em face da omissão da prestação de contas dos recursos recebidos nos 2º e 3º quadrimestres;

- R\$-28.913,16 (vinte e oito mil, novecentos e treze reais e dezesseis centavos), relativo ao pagamento a maior dos subsídios dos Vereadores;

2) Multa ao FUMREAP, com base no Art. 57, I, "a", da LC nº 84/12, no valor de R\$-10.000,00 (dez mil reais), sendo R\$-5.000,00 por cada uma das ocorrências: 1. omissão no dever de prestar contas (Art.105, RITCM/PA); e, 2. pela não comprovação dos demais dispositivos constitucionais, legais e regulamentares, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;

II – Aplicar Medida Acautelatória, com fundamento no Art. 74, I,

da Lei Complementar nº 84/2012, tornando indisponíveis durante um ano, os bens do Sr. Antônio Matos da Silva, em tanto quanto bastem, para garantir o ressarcimento aos cofres municipais, da importância de R\$-1.047.568,48 (hum milhão, quarenta e sete mil, quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos), referente a recursos repassados à Câmara Municipal, para os quais não foram apresentados a prestação de contas;

III – Inabilitar para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública o referido Ordenador, pelo período de 05 (cinco) anos, nos termos do Art. 56, inciso II, da Lei Complementar nº 84/2012, considerando as graves irregularidades verificadas nos autos;

IV – Recomendar à Presidência deste Tribunal a expedição de ofícios aos cartórios de registro de imóveis da Comarca de Belém e de Tomé-Açu, bem como ao Banco Central do Brasil e DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito), comunicando a decisão e determinando a indisponibilidade dos bens e valores do Sr. Antônio Matos da Silva;

V – Recomendar, também, à Presidência a inserção da decisão no Portal de Transparência, conforme estabelece o Parágrafo Único do Art. 289, do RITCM/PA, para conhecimento e adoção de providências pertinentes;

VI – Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis;

VII – Ressaltar que o não pagamento da multa cominada, incorrerá na aplicação das medidas previstas na Resolução Administrativa nº 014/2016/TCM-PA, de 02/08/2016.

ACÓRDÃO Nº 29.758, DE 13/12/2016

Processo nº 1040022009-00

Origem: Câmara Municipal de Tailândia

Assunto: Prestação de Contas de 2009

Responsável: Francisco Raulino Zimmermann

Relatora: Conselheira Substituta Márcia Costa (Art. 19, II, da LC nº 84/2012)

EMENTA: Câmara Municipal de Tailândia. Prestação de Contas. Exercício 2009. Pela Não Aprovação.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por unanimidade, conforme ata da Sessão realizada nesta data e nos termos do Relatório e Proposta de Decisão às fls. 87 a 92.

Decisão: " A) Julgar IRREGULARES, nos termos do Art. 32, Inciso III, Alínea "c", da LOTCM (LC nº 84/12), as contas apresentadas pelo Sr. FRANCISCO RAULINO ZIMMERMANN, ex-Presidente da Câmara Municipal de Tailândia, referentes ao exercício de 2009, face a prática de atos com grave infração a norma legal: não remessa de ato fixador de diárias válido para o exercício; pagamento de diárias em valor superior ao validado nesse Tribunal; realização de despesa sem prévio processo licitatório e manutenção de saldo final expressivo em caixa;

B) Determinar o recolhimento aos cofres públicos municipais, nos termos previstos no art. 102 do Ato nº 09 (RITCM vigente à época), no prazo de 30 (trinta) dias, da importância de R\$ 6.873,00, devidamente corrigida, referente pagamento de diárias em desacordo com limite autorizado;

C) Aplicar ao responsável, com base no Art. 57, II, da LC nº 25/1994 (LOTCM vigente à época), multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pela realização de despesa sem prévio processo licitatório; R\$ 3.000,00 (três mil reais) pelo pagamento de diárias sem remessa de ato fixador; R\$ 3.000,00 (três mil reais) pela manutenção de saldo expressivo em caixa no final do exercício R\$ 1.000,00 (mil reais) pela ausência de incorporação dos bens móveis adquiridos no exercício no Balanço Geral do Município, a serem recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias;

C.1) O não recolhimento no prazo regulamentar, sujeita o responsável aos seguintes acréscimos, decorrente de mora, nos termos dispostos na Resolução Administrativa Nº 014/2016/TCM-PA28, de 02/08/2016:

I – multa de mora de 0,10% (dez centésimos por cento) do valor do tributo por dia de atraso, até o limite de 36% (trinta e seis por cento);

II – correção monetária do seu valor, calculada, desde a data em que deveria ser pago até o do efetivo pagamento, com base na variação da Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará – UPF – PA; e

III – juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração,

desde a data em que deveria ser pago até o efetivo pagamento. D) Remessa ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis."

ACÓRDÃO Nº 29.763, DE 13/12/2016

Processo nº 652042011-00 (201201855-00/201505621-00)

Origem: Fundo Municipal de Educação de Salinópolis

Assunto: Prestação de Contas de 2011

Responsável: Cleudeniice Nascimento Santos

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prestação de Contas Fundo Municipal de Educação de Salinópolis Exercício de 2011. Pela não aprovação das contas, recolhimento e multa. Cópia dos autos ao Ministério Público do Estado.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 142 a 144 dos autos.

Decisão: I. Não aprovar as contas do Fundo Municipal de Educação de Salinópolis, exercício de 2011, de responsabilidade da Sra. Cleudeniice Nascimento Santos, por estarem irregulares, nos termos do Art. 32, III, "c", da Lei Complementar nº 84/2012.

II. Recolher no prazo de 30 dias, aos cofres públicos municipais, com fundamento no Art. 35, da Lei nº 84/2012, a importância de R\$ 325.676,75 (trezentos e vinte e cinco mil, seiscentos e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos), devidamente atualizada, referente ao lançamento da Conta Agente Ordenador.

III. Enviar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para adoção de medidas que entender cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 29.775, DE 13/12/2016

Processo nº 1250022007-00 (200802226-00)

Origem: Câmara Municipal de Terra Alta

Assunto: Prestação de Contas

Responsável: Salvador Maurício da Rocha Pinheiro

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 19, II, da LC nº 84/2012)

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Terra Alta. Exercício de 2007. Pela irregularidade das contas. Imputação de débito. Remessa ao MPE.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e proposta de decisão da Relatora, às fls. 146 a 151 dos autos.

Decisão: I – Julgar irregulares as contas prestadas pelo Sr. Salvador Maurício da Rocha Pinheiro, Presidente da Câmara Municipal Terra Alta, no exercício de 2007, com fundamento no Art. 32, Inciso III, Alínea "c", da LOTCM/PA;

II – Imputar débito ao Ordenador com fundamento no Art. 35, da LC nº 84/2012, para ressarcimento aos cofres municipais do montante atualizado de R\$ 22.539,77 (vinte e dois mil, quinhentos e trinta e nove reais e setenta e sete centavos), referente ao montante lançado na conta "Agente Ordenador"; e

III – Remeter os autos ao Ministério Público Estadual, nos termos do Art. 78, da LC nº 84/2012, para as providências cabíveis."

ACÓRDÃO Nº 29.791, DE 15/12/2016

Processo nº 613982013-00 (201515287-00)

Origem: Fundo Municipal de Saúde de Primavera

Assunto: Recurso Ordinário interposto contra a decisão deste Tribunal, objeto do Acórdão nº 27.793/2015/TCM, referente ao exercício de 2013

Interessada: Rita de Kácia Leite Costa – (Ordenadora)

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Recurso Ordinário. FMS de Primavera. Exercício de 2013. Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, dando baixa na multa de R\$-1.500,00, uma vez que foram sanadas as pendências. Permanece a aprovação das contas, com ressalvas, diante da manutenção da multa de R\$-1.000,00, relativa a não apropriação dos encargos patronais.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 292 a 294 dos autos.

Decisão: I – Conhecer do presente Recurso Ordinário e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, a fim de afastar do Acórdão nº 27.793/2015/TCM, a multa de R\$-1.500,00, diante do envio do Parecer do Conselho Municipal de Saúde das contas do 3º